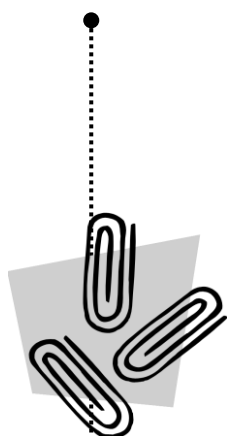


Anexo 7.08



Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre no âmbito da Educação Básica, na UM

**Mestrado em Educação Pré-Escolar (Despacho n.º 813/2011, de 11 de Janeiro),
Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico
(Despacho n.º 814/2011, de 11 de Janeiro), Mestrado em Ensino do 1.º e
2.º Ciclo do Ensino Básico (Despacho n.º 812/2011, de 11 de Janeiro)**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Sociológica da Educação	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.
Prática de Ensino Supervisionada	PES	Anual	1540	S-180; OT-60; E-42	55	

204147843

Despacho n.º 813/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 240/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em educação pré-escolar**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar

- 3 — Grau: Mestrado
 4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Educação Pré-Escolar
 5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 60 ECTS.
 6 — Duração normal do ciclo de estudos: dois semestres.
 7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture:
 8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação Educacional Geral	FEG	5	5
Didácticas Específicas	DID	20	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	30	
<i>Total</i>		55	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado Educação de Pré-Escolar****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Intervenção Precoce	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	Opcional. Opcional. Opcional.
Educação Multicultural	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S1	140	TP-18; TP-25; S-2; OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Creche	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Prática de Ensino Supervisionada	PES	S2	840	S-45; OT-45; E-225	30	

204147802

Mestrado em Educação Pré-Escolar

Plano de Estudos

1º Semestre	Créditos
Intervenção Precoce	5
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	5
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim-de-Infância	5
Metodologia da Educação em Creche	5
Metodologia da Educação em Jardim-de-Infância	5
Opção	5
Educação Multicultural	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	
Educação e Cidadania	
2º Semestre	
Prática de Ensino Supervisionada	30

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.

Despacho n.º 814/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 267/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º ciclo do ensino básico**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação.

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3 — Grau: Mestrado.

4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Ensino.

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 90 ECTS.

6 — Duração normal do ciclo de estudos: três semestres.

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação na Área de Docência	FAD	5	5
Formação Educacional Geral	FEG	5	
Didácticas Específicas	DID	30	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	45	
<i>Total</i>		85	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado em Educação de Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico****1.º e 2.º ano/semestres 1, 2 e 3**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância e Escola Básica.	FAD	S1	140	T-60; OT-5	5	
Educação Especial na Educação de Infância e Ensino Básico	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica da Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Matemática dos 4 aos 10 anos	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica do Estudo do Meio	DID	S1	140	TP-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância e Escola Básica.	DID	S1	140	TP-40; PL-5	5	
Metodologia da Educação de Infância	DID	S2	140	TP-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	DID	S2	140	TP-45; OT-5	5	
Organização Pedagógica da Educação Básica	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S3	140	T-18; TP-25; S-2 OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	PES	S2 e S3	1260	S-135; OT-90; E-330	45	

204147738

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Faculdade de Ciências Médicas****Aviso (extracto) n.º 1101/2011**

Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 251.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e para cumprimento do estatuído na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal da Faculdade de Ciências Médicas que cessou funções, no período compreendido entre 1 de Julho e 30 de Novembro de 2010:

Licenciada Maria Manuela Rodrigues da Silva Prates Machado Caetano — Técnico Superior, por aposentação em 31/10/2010;

Maria Luísa Rodrigues Mota de Campos Leitão — Assistente Técnico, por aposentação em 30/10/2010;

Maria Crisante de Oliveira Amaro — Técnico Superior, por aposentação em 01/11/2010;

Manuel Lopes Pereira dos Santos — Assistente Operacional, por aposentação em 01/11/2010.

30 de Dezembro de 2010. — O Director da Faculdade, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

204149252

Aviso n.º 1102/2011

Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, provi-

denciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, faz-se público que, por despacho do Senhor Reitor da Universidade Nova de Lisboa, de 13 de Dezembro de 2010, se encontra aberto pelo prazo de vinte dias úteis, a contar da data da afixação do presente Aviso, concurso externo de ingresso, para provimento de um lugar de Técnico de 2.ª classe da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica de análises clínicas e de saúde pública previsto no mapa de pessoal da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, aprovado para o ano de 2010.

2 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais previstas no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e Portaria n.º 721/2000, de 05/09.

3 — Prazo de validade: — O concurso é válido para a vaga anunciada, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional: — é o constante do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

5 — Requisitos de admissão: — além dos requisitos gerais de admissão a que se refere o n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, os candidatos ao presente concurso deverão estar habilitados com curso previsto no artigo 14.º do referido decreto-lei.

Curso Superior ministrado nas Escolas Superiores de Tecnologia da Saúde, ou na Escola superior de Alcoitão, ou seu equivalente legal;

Curso Superior ministrado noutro estabelecimento de ensino superior no âmbito das profissões constantes do artigo 5.º deste diploma, um e outro legalmente reconhecidos.

6 — O local de trabalho situa-se no Campo Mártires da Pátria, 130, em Lisboa, sendo a estrutura remuneratória a correspondente à tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Central.

7 — Métodos de selecção: Avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7.1 — Na avaliação curricular que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

b) A nota final do curso de formação;

c) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a profissão a que respeita o lugar posto a concurso, desde que promovidas por entidades públicas ou organizadas com a participação destas;

d) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na profissão a que se refere o concurso, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

e) O desempenho de actividades e a realização de trabalhos profissionais relevantes;

7.2. — Na entrevista profissional de selecção que visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, através dos seguintes factores:

a) Capacidade de análise e sentido crítico;

b) Motivação;

c) Grau de maturidade e responsabilidade;

d) Espírito de equipa;

e) Sociabilidade.

7.3 — Na classificação final resultante da aplicação do método de selecção é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas, às quais os interessados terão acesso, nos termos da lei.

8.1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

9 — As listas de candidatura e de classificação final do concurso serão afixadas no átrio da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa no Campo Mártires da Pátria, 130, em Lisboa.

10 — Apresentação de candidaturas:

10.1. — a candidatura é formalizada obrigatoriamente através do formulário disponível na página da Faculdade de Ciências Médicas em <http://www.fcm.unl.pt> — *Gestão de Recursos Humanos* — *Formulário*

de candidatura, e deverá ser entregue, até ao termo do prazo fixado no presente Aviso, pessoalmente durante as horas normais de funcionamento na Divisão de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Médicas, sita no Campo Mártires da Pátria, 130, 1169-056 Lisboa, ou por carta registada com aviso de recepção, para a mesma morada, acompanhada, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia legível do certificado de habilitações,

b) Fotocópia do número de identificação fiscal;

c) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (especializações, seminários e acções de formação), dos quais constem as suas designações, os períodos em que decorreram e a respectiva duração;

d) 3 exemplares do *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado pelos candidatos;

e) Declaração sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

11 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) a e) do ponto 10.1 determina a exclusão do concurso.

12 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

13 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos dos factos por eles referidos, e que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

14. — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão puníveis nos termos da lei Penal.

15 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente:

Professora Doutora Sílvia Margarida Vilares Santos Conde, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Teresa Martins Lopes, técnica superior da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Iolanda Baptista Gonçalves Caires Correia, Técnica de 1.ª classe de Diagnóstico e Terapêutica, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Vogais suplentes:

Dr.ª Fernanda Maria Gonçalves da Silva, Técnica de 1.ª classe de Diagnóstico e Terapêutica, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Dr.ª Ana Sofia Marques de Sousa Mendes Tavares, Técnica Superior, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, 30 de Dezembro de 2010. — O Director, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

204149488

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Aviso n.º 1103/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de um Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior para a Área de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais da Divisão de Património e Económico, do Núcleo de Obras, Manutenção e Equipamento, aberto por Aviso n.º 17758/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 175, de 8 de Setembro, homologada por despacho de 22 de Dezembro de 2010, do Senhor Director da FCSH. Para efeitos do disposto nos números 4 e 5 do referido artigo 36.º, ficam notificados todos os candidatos a este procedimento concursal, conforme previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da mencionada Portaria.

Lista unitária de ordenação final

Nome	Resultado final (0 a 20 Valores)		
Marco Alexandre dos Santos Ferreira Lopes	16,24	Aprovado	1.º
Ana Isabel Guerreiro Martins	10,92	Aprovado	2.º

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Plano de Estudos

1º semestre	Créditos
Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim-de-Infância e Escola Básica	5
Educação Especial na Educação de Infância e Ensino Básico	5
Didáctica da Língua Portuguesa	5
Didáctica da matemática dos 4 aos 10 anos	5
Didáctica do estudo do meio	5
Didáctica das expressões artísticas e educação física no Jardim-de-Infância e escola básica	5
2º semestre	
Metodologia da Educação de Infância	5
Desenvolvimento curricular e metodologia do ensino básico	5
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	20
3º semestre	
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	25
Opção	5
Organização pedagógica da educação básica	
Desenvolvimento Pessoal e Interacção Social	
Educação e Cidadania	

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.

a) Atento o conteúdo do posto de trabalho a ocupar, serão valoradas, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho.

b) Este método será valorado numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

c) Na acta da primeira reunião do júri serão definidos os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final deste método de selecção. A acta será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

d) Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores consideram-se excluídos do procedimento, não sendo chamados à aplicação do método seguinte.

13.2.1.1 — Entrevista de Avaliação de Competências — Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

a) Para esse efeito haverá um guião de entrevista composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associada a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise.

b) O método é avaliado segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

c) A obtenção, pelos candidatos que passaram a este método de selecção, de valoração inferior a 9,5 valores determina a sua exclusão da valoração final.

13.2.1.2 — A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,60 AC + 0,40 EAC$$

em que:

CF = Classificação final

AC = Avaliação curricular

EAC = Entrevista de avaliação de competências

14 — Excepcionalmente, e considerando o carácter urgente do procedimento e a necessidade premente de repor a capacidade de resposta do serviço em causa no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por grave carência de recursos humanos na área a que respeita o recrutamento, poderá ser utilizada apenas a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular, complementado com o método de selecção facultativo, entrevista profissional de selecção. Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o método de selecção obrigatório será aplicado, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos admitidos ao procedimento. O segundo método de selecção será aplicado apenas aos candidatos aprovados no método anterior. Estes candidatos serão convocados por tranches sucessivas de três candidatos, por ordem decrescente de classificação, e respeitando as prioridades legais da respectiva situação jurídico-funcional. Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

15 — Os candidatos admitidos serão convocados para a realização dos métodos de selecção, por notificação, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma. A notificação indicará o dia, hora e local da realização dos métodos de selecção. Os candidatos excluídos serão, como estatui o n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b) ou d) do n.º 3 do mesmo artigo, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

16 — Em conformidade com o disposto na alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, desde que o solicitem.

17 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público no Edifício da Penteada, junto à Recepção e no Edifício do Colégio dos Jesuítas, junto à Unidade de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página electrónica.

18 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público no Edifício da Penteada, junto à Recepção e no Edifício do Colégio dos Jesuítas, junto à Unidade de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página electrónica.

19 — Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adoptar são os constantes do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição “A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação”.

21 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

22 — O Júri terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciado António Manuel Ramalho Pires, Responsável pelo Gabinete de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas da Universidade da Madeira;

1.º Vogal efectivo — Licenciado Duarte Nuno Fernandes Homem Costa, Especialista de Informática da Universidade da Madeira, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo — Licenciado Gonçalo Nuno Sol Teixeira, Especialista de Informática da Universidade da Madeira;

1.º Vogal suplente — Licenciado Paulo da Silva Figueira, Especialista de Informática da Universidade da Madeira;

2.º Vogal suplente — Licenciado Pedro Dionísio Valente, Especialista de Informática da Universidade da Madeira.

23 — Quotas de Emprego: De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura a incapacidade e o tipo de deficiência.

24 — Prazo de validade: o concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso, e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (reserva de recrutamento interna).

ANEXO I

Bibliografia e Legislação

- Constituição da República Portuguesa;
Código de Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e alterado pelo Acórdão n.º 118/97, de 24 de Abril;
Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior — Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;
Estatutos da Universidade da Madeira — Despacho normativo n.º 53/2008, de 17 de Outubro;
Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e Lei n.º 34/2010, de 02 de Setembro;
Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril;

22 de Dezembro de 2010. — O Reitor da Universidade da Madeira,
José Manuel Nunes Castanheira da Costa.

204145089

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 812/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 268/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO

Mestrado em ensino do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico

- 1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação
 2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico
 3 — Grau: Mestrado
 4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Ensino
 5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 120 ECTS.
 6 — Duração normal do ciclo de estudos: quatro semestres.
 7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação na Área de Docência	FAD	20	10
Formação Educacional Geral . . .	FEG	5	5
Didáticas Específicas	DID	25	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	55	
<i>Total</i>		105	15

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Linguística do Discurso	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção I.
Pragmática da Comunicação Literária para a Infância e Juventude.	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção I.
História da Aritmética e da Álgebra	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção II.
Resolução de Problemas em Geometria	FAD	S1	140	TP-45; OT-5	5	Opção II.
Teoria de Números	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção II.
Espaço e Sociedade	FAD	S1	210	TP-40; TC-20 S-15; OT-5	7.5	
A Terra e a Diversidade Biológica	FAD	S1	210	T-25; PL-50; OT-5	7.5	
Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	FAD	S1	140	TP-60; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Educação Especial no Ensino Básico	FEG	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Língua Portuguesa para o Ensino Básico	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Matemática dos 6 aos 12 Anos	DID	S1	140	T-20; TP-40; OT-5	5	
Didáctica das Ciências da Natureza, da História e da Geografia de Portugal.	DID	S1	140	TP-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico.	DID	S1	140	TP-40; PL-5	5	

2.º ano/semestres 3 e 4

QUADRO 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Organização Pedagógica da Educação Básica	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	Opção III.
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S3	140	T-18; TP-25; S-2; OT-5	5	Opção III.
Educação e Cidadania	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Sociológica da Educação	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.
Prática de Ensino Supervisionada	PES	Anual	1540	S-180; OT-60; E-42	55	

204147843

Despacho n.º 813/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 240/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em educação pré-escolar**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar

3 — Grau: Mestrado

4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Educação Pré-Escolar

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 60 ECTS.

6 — Duração normal do ciclo de estudos: dois semestres.

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação Educacional Geral	FEG	5	5
Didácticas Específicas	DID	20	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	30	
<i>Total</i>		55	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado Educação de Pré-Escolar****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Intervenção Precoce	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	Opcional. Opcional. Opcional.
Educação Multicultural	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S1	140	TP-18; TP-25; S-2; OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Creche	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Prática de Ensino Supervisionada	PES	S2	840	S-45; OT-45; E-225	30	

204147802

Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico

Plano de Estudos

1º Semestre	Créditos
Espaço e Sociedade	7,5
A Terra e a Diversidade Biológica	7,5
Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	5
Opção I	5
Análise Linguística dCo Discurso	
Pragmática da Comunicação Literária para a Infância e Juventude	
Opção II	
História da Aritmética e da Álgebra	5
Resolução de Problemas em Geometria	
Teoria dos Números	
2º Semestre	
Educação Especial no Ensino Básico	5
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	5
Didáctica da Língua Portuguesa para o Ensino Básico	5
Didáctica da Matemática dos 6 aos 12 Anos	5
Didáctica das Ciências da Natureza, da História e da Geografia de Portugal	5
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	5
3º e 4º Semestres	
Prática de Ensino Supervisionada	55
Opção III	5
Organização Pedagógica da Educação Básica	
Desenvolvimento Pessoal e Interacção Social	
Educação e Cidadania	
Análise Sociológica da Educação	

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.